

Economia solidária e a sua contribuição para o semiárido nordestino

Solidarity economy and its contribution to the semiarid Northeast

Eddla Karina Gomes Pereira*

Maristela Andrade de Oliveira**

Alícia Ferreira Gonçalves***

Resumo: A economia solidária (EcoSol) propõe a livre mobilização para o trabalho e geração de renda, a partir do fortalecimento econômico, social e ambiental das comunidades, uma vez que percebe a formação de relações produtivas mais justas, sustentáveis e não hierarquizadas, como um caminho viável para o desenvolvimento. A EcoSol se fortaleceu no Brasil, em razão tanto da participação de pastorais e sindicatos, como também por conta do

* Professora de Direito e Processo do Trabalho, na Universidad Federal do Semiárido (Ufersa). Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma instituição.

** Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1978) e doutorado Troisième Cycle – IHEAL – Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1983). É Professor Associado IV na Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: religiosidades e movimentos religiosos, memória, desenvolvimento e meio ambiente, cultura regional e populações “tradicionais”.

*** Concluiu o doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2003, na área de Antropologia, “Itinerários Intelectuais e Etnografia dos saberes”. De 2004 a 2007 foi pesquisadora DCR do CNPq, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir do segundo semestre de 2008, atua na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 2014, atuou como Professor Adjunto IV, nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema). Coordenadora Adjunta do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA), vinculado à UFPB e cadastrado no CNPq e pesquisadora no Grupo Etnografias do Capitalismo Contemporâneo da Unicamp. Está vinculada às Linhas de Pesquisa “Políticas Sociais e do Cotidiano: Campo e Cidade” e “Economia Solidária & Desenvolvimento Territorial Sustentável”. Desde 2004 desenvolve pesquisas etnográficas em economia solidária, microfinanças solidárias e agroecologia em assentamentos rurais situados no Estado do Ceará e, a partir de 2008, no Estado da Paraíba.

diálogo que passou a manter com outros movimentos sociais, o que lhe garante progressiva capilaridade e adesão social. Tal contexto lhe conferiu, ademais, transversalidade, pois há experiências que praticam a sua lógica nos âmbitos urbanos e rurais, no semiárido e no litoral, no norte e sul do País, o que faz com que se possa acreditar nos seus reflexos positivos em variadas conjunturas, por meio de diversas experiências existentes. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é discutir brevemente as potencialidades da EcoSol no Nordeste, especialmente no semiárido, a partir da experiência do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), que formou Agentes de Desenvolvimento Solidário (ADSs), para que acompanhassem grupos de produtores rurais e os orientassem sobre práticas de produção cooperadas, autogestionadas, sustentáveis e éticas, como princípios que orientam a Ecosol. A partir da realização de uma pesquisa de campo, aliada a estudos bibliográficos, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória e documental, com a realização de entrevistas e acompanhamento de atividades realizadas no âmbito do PPDLES. Diante da experiência analisada, percebe-se que tal política pública é significativa para o semiárido nordestino, onde os grupos produtivos têm dificuldades técnicas de participar de editais públicos, sobretudo por falta de conhecimento ou condições estruturais. Percebe-se, entretanto, que, quando a Ecosol se transforma em política pública, surgem significativos desafios a serem superados, especialmente no que se refere à eficiência dos convênios realizados entre governos federal e estaduais, tendo em vista as formalidades e a burocracia que orientam as rotinas administrativas, frustram o fiel cumprimento dos objetivos propostos pela política.

Palavras chave: Economia solidária. Estado. Semiárido.

Abstract: The solidary economy (EcoSol) proposes free mobilization for the job and income generation from the strengthening economic, social and environmental performance of the communities, perceiving, thus, that the formation of sustainable, non-hierarchical and fairer productive relations can be a viable development path. The EcoSol became stronger in Brazil because of the participation of pastoral workers and unions and also because of the dialog that began to maintain with other social movements, which earned it substantial capilarity and social accession. This scenario gave the EcoSol transversality as there are experiences that practice their logic in urban and rural areas in semiarid and on the coast in the north and south of the country, observing positive effects in various situations. The objective of this article is to briefly discuss the potential of EcoSol in the northeast, especially in the semiarid region of Rio Grande do Norte, from the experience of the Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), which graduated agents of development in solidarity (ADSs) to lead groups of rural producers and direct them into production practices that are cooperative, self-organized, sustainable and ethical – which are principles that guide the EcoSol. From a fieldwork allied to bibliographic studies, an exploratory documentary research has been developed, interviewing and monitoring activities performed by a DSD. Given the isolation context, lack of access of

the productive groups, it has been perceived that this public policy is significant for the semiarid area, giving them the necessary knowledge and technical conditions to participate in a public edict. However, many challenges must be overcome, particularly regarding the efficiency of agreements made between federal and state governments, since formality and bureaucracies that guide some administrative routines frustrate the fulfilment of the objectives proposed by the policy.

Keywords: Solidary economy. State. Semiarid.

1 Introdução

A organização da sociedade, da produção, do consumo assumiu, historicamente, valores patriarcais e patrimonialistas, responsáveis por sustentar relações de poder entre os indivíduos. (FRASER). Nesse contexto, as garantias sociais são divididas de forma desigual, estratificando a sociedade em classes mais e menos privilegiadas (MARX), de modo a estabelecer um ambiente de pouca coesão social, uma vez que os laços de solidariedade entre os indivíduos são reiteradamente fragilizados. (DURKHEIM). Esse sistema de hierarquias, calcado no poder aquisitivo, no sexo, raça, cor, enraizou desigualdades e ergueu um ambiente social de exclusão, o que irradia reflexos nocivos em vários contextos.

Como alternativa a este contexto, a economia solidária propõe a mobilização e o fortalecimento das comunidades, a fim da promoção de relações produtivas mais justas, sustentáveis, não hierarquizadas e focadas no desenvolvimento regional. Baseia-se, para tanto, na produção cooperada que respeita a capacidade de resiliência dos recursos naturais, bem como na participação paritária dos envolvidos, tanto da produção quanto dos destinos das riquezas coletivamente produzidas.

O trabalho autogestionado, referência para o desenvolvimento da economia solidária no País, pode ser entendido como a atividade desempenhada por trabalhadores que, ao mesmo tempo, gerenciam a produção e os destinos dos bens ou serviços produzidos. Os maiores interessados na manutenção das fontes de trabalho, nesse caso, também são os responsáveis por administrá-lo. Dessa forma, não são assumidos riscos desnecessários; os custos com a cadeia produtiva são bem controlados; há uma maior preocupação com a qualidade dos resultados dos trabalhos desenvolvidos; o meio ambiente do trabalho tende a respeitar a dignidade dos trabalhadores.

As primeiras discussões ligadas aos conceitos de economia solidária no Brasil ocorreram a partir do conceito de “economia de solidariedade”, em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti. Na obra, Razeto (1993) a entende como uma proposta teórica de natureza científica, construída a partir e para dar conta de várias experiências econômicas, que compartilham práticas baseadas na solidariedade, no mutualismo, na cooperação e autogestão comunitária. Desse modo, entende-se que há na EcoSol a proposta de uma racionalidade especial que contesta as racionalidades econômicas vigentes até então.

Singer (2002a), ao assumir esta perspectiva, entende a economia solidária como uma alternativa viável à crise do trabalho, decorrente da automação da produção e da difusão do ideal de maximização dos lucros, que tipifica o capitalismo financeiro. Nesse sentido, os empreendimentos econômicos solidários progressivamente passaram a ser entendidos como instrumento basilar para a reconstrução das relações humanas e sociais, sobretudo no âmbito das classes populares (GAIGER et al., 1999), como também para a construção de um modo de produção alternativo ao capitalista. (SINGER; SOUZA, 2000).

Como consequência, observa-se a ampliação das políticas públicas que fomentam a economia solidária, especificamente a partir de 2003, com a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Por conseguinte, observa-se contextos de maior empoderamento das comunidades que trabalham, a partir do mutualismo e da cooperação, sobretudo as apoiadas pela sociedade civil, movimentos sindicais e pastorais. Segundo Lagarde (1996), empoderar deve traduzir-se como a capacidade de transformar normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais, com o escopo de construir direitos. A economia solidária, nesse contexto, pode representar um instrumento significativo de empoderamento, uma vez que, ao viabilizar a participação política, econômica e social de vários produtores, contribui para a conversão dos indivíduos em cidadãos, especialmente em contextos adversos do ponto de vista geográfico e, sobretudo, político, tal qual o semiárido brasileiro.

Não obstante, as políticas públicas, que promovem a economia solidária, serem crescentes no Brasil, nos últimos quinze anos, as dificuldades de acesso a determinadas iniciativas governamentais e as burocracias exigidas para a participação das iniciativas políticas ainda são identificadas como óbices à obtenção de resultados mais significativos.

Ademais, se observa que as ações de fomento à economia solidária ainda não têm assumido um papel prioritário nos governos brasileiros, embora cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural, e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares, segundo Lima (2010).

Para enfrentamento do tema proposto, utilizar-se-ão abordagens metodológicas de natureza predominantemente qualitativa, com a utilização de recursos de natureza bibliográfica, além da realização de entrevistas e observações, em feiras e espaços de produção e comercialização solidária.

2 A economia solidária como instrumento de fortalecimento do território

Os empreendimentos econômicos solidários surgiram no Brasil, a partir da década de 1990, sob o impulso das crises econômicas, como uma política pública alternativa ao desemprego estrutural, decorrente dos colapsos das organizações empresariais no contexto do neoliberalismo, diante de diversas pressões políticas encabeçadas por diversos movimentos sociais, populares e sindicais. (SINGER, 2002b). Desenvolveu-se com o escopo de buscar estratégias para superar a precarização das relações de trabalho, implantada com a reestruturação do capitalismo contemporâneo. Calcado no anseio de construção de uma ordem social alternativa, a EcoSol propõe o investimento em práticas produtivas mais justas, capazes de promover o empoderamento pelo trabalho, a partir de valores como justiça social, autogestão, solidariedade e cooperação, contribuindo, assim, para inverter a lógica exploratória e segregadora vertiginosamente predominante após a Revolução Industrial.

Nessa perspectiva, todos devem participar de forma paritária do financiamento, da gestão e comercialização da produção e dos seus resultados. Trata-se de uma reação contemporânea ao modo de produção capitalista, em que o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível, e que pode gerar mais inclusão social, sobretudo dos excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, pela via da solidariedade; do trabalho coletivo (CULTI, 2002).

Segundo Arruda (2006), a economia solidária é um “conjunto de iniciativas populares marcadas pela autogestão e pelo espírito solidário que contribuem para a sobrevivência da população, sobretudo dos excluídos

do mercado capitalista” e, ao mesmo tempo, “um projeto de um outro sistema econômico, voltado para o desenvolvimento social e humano, que resgata a centralidade do trabalho, saber e criatividade humanos, e que tem como modos de relação a cooperação, a reciprocidade, a complementaridade do diverso (pessoas, coletividades, regiões, nações) e a solidariedade”.

Ao pensar e agir estimulando posturas coletivistas, a economia solidária contribui para a manutenção de vínculos de solidariedade social que, segundo Durkheim (apud RIBEIRO, 2015), seria um pressuposto para a integração dos indivíduos à vida social, em razão dos laços que prenderiam os indivíduos uns aos outros, nas mais diferentes sociedades. Não é, pois, qualquer tipo de liame social que esta economia estimula, mas o desenvolvimento ou a manutenção de uma consciência coletiva que mantenha a coesão entre os indivíduos, importante elemento para o fortalecimento sustentável dos territórios, para o respeito e a preservação dos saberes e das tradições locais.

A economia solidária, portanto, tende a promover o desenvolvimento regional e local, com o empoderamento da população, que assume a condição de força motriz na estruturação e no fortalecimento do território. Tal perspectiva, pois, percebe os indivíduos como sujeitos ativos do processo de desenvolvimento, valorizando a cultura e as potencialidades locais, o que reforça o sentimento de pertencimento à comunidade.

Ao transformar um espaço em território por meio da construção de relações e redes sociais (RAFFESTIN, 1993), os produtores e produtoras rurais, que trabalham a partir da perspectiva da economia solidária, estabeleceram dinâmicas que foram progressivamente preteridas e desvalorizadas em nome de um suposto *desenvolvimento*; de um progresso econômico que desconsidera os modos de produção, os hábitos e costumes locais, em detrimento do monocultivo para exportação, produzidos em grandes latifúndios, mediante a intervenção genética nas sementes e o uso de agrotóxicos.

A proposta da economia solidária, por outro norte, reconhece que a “territorialidade possui um valor particular, pois espelha a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral”. (RAFFESTIN, 1993). Portanto, vai de encontro às iniciativas que desconsideram os valores agregados culturalmente pelos indivíduos aos espaços rurais, além de contestar a

ideia de desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, diretamente vinculado à acumulação de renda via padronização de comportamentos, precarização do trabalho e maximização dos lucros.

Há, todavia, de se considerar que a economia solidária, ao conferir mais autonomia financeira e política aos indivíduos, pode passar a ser um meio de inserção dos produtores no ciclo de consumo incentivado por modos exploratórios de produção. Nesse caso, ela se converteria em uma lógica diametralmente oposta às suas propostas originárias, sobretudo porque ameaça a sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, mais do que um modo de produção, a economia solidária deve ser difundida como uma proposta de nova ordem social, em harmonia com técnicas de trabalho cooperado, de consumo consciente e de convivência com a capacidade de resiliência do meio ambiente.

Rechaça-se, pois, a ideia de estabelecimento de uma nova cultura calcada numa proposta de “evolução”, de progresso material que não se converte em uma melhor qualidade de vida para os indivíduos, de hierarquia entre o conhecimento científico e o popular, que não considere a possibilidade de trocas de saberes ou ajustes mútuos nas práticas produtivas. O referencial da EcoSol, pois, é um desenvolvimento com foco nas pessoas, no qual os trabalhadores não são valores de uso ou meros integrantes de uma cadeia produtiva, mas são reconhecidos e valorizados em virtude, simplesmente, da sua condição humana. Nesse sentido, Martins (2002) expõe que o

desenvolvimento associado a progresso material decorre de uma visão positivista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Também encontramos a crença do progresso linear e tecnicista, características, aliás, do próprio modernismo (Harvey, 1998). Entender o desenvolvimento, de fato, não se trata de mera questão conceitual, mas de postura e de sentimento, basicamente sustentados pela modéstia e promotores da simplicidade. A dimensão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas (Torras, 1995). Voltar-se para as pessoas e não para os objetos, eis o princípio básico do desenvolvimento à escala humana (Max-Neef, 1986). (2002, p. 49).

A economia solidária, pois, atua por meio de empreendimentos econômicos formados a partir da articulação entre saberes e experiências populares, tradicionais e técnicos, que se inserem nas comunidades, estimulando o desenvolvimento regional e a formação de redes produtivas centradas na dignidade do trabalhador e nos direitos humanos.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies),¹ o Brasil contava, no ano de 2013, com cerca de 19.708 empreendimentos econômicos solidários, que referencia para o trabalho 803.373 trabalhadores e 620.258 trabalhadoras,² organizados coletivamente (em sua maioria por meio de associações ou grupos informais), para gerir seu próprio trabalho e lutar pela sua autonomia. São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras. Esta nova realidade do mundo do trabalho, não obstante os obstáculos políticos, econômicos, sociais, contribui de forma significativa para o surgimento de novos atores, para a valorização da capacidade de organização humana (sobremaneira no âmbito rural) e para a construção de espaços públicos e institucionais mais plurais e democráticos.

O impulso ao desenvolvimento territorial é, assim, uma das características dos empreendimentos que utilizam as ideologias e os princípios da economia solidária, no âmbito rural. Por esta razão, o associativismo e cooperativismo autogestionários passaram a ser base para projetos estratégicos voltados para a reestruturação da socioeconomia contemporânea, (ARRUDA, 2006).

A economia solidária, então, assume relevante importância no contexto institucional e socioeconômico atual, em razão do caráter educativo que assume no que se refere à reordenação dos valores que devem orientar as ações e relações humanas em sociedade, especialmente aquelas vinculadas às questões econômicas, atualmente caracterizadas pela segmentação dos indivíduos a partir de critérios não só profissionais, mas também de renda, consumo, etários, étnicos, de gênero. Observa-se,

¹ Atlas digital da economia solidária. Disponível em: <<http://api.sies.org.br/questoes/soc17m/0/ufs?format=csv>>. Acesso em 21 dez. 2014.

² Atlas digital da economia solidária. Disponível em: <<http://api.sies.org.br/questoes/soc17m/0/ufs?format=csv>>. Acesso em 21 dez. 2014.

segundo dados do Atlas digital da economia solidária,³ que dos 19.708 empreendimentos econômicos solidários, 9.091 participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária, o que evidencia a importância da EcoSol para o fortalecimento do território e dos vínculos intersubjetivos.

Tal perspectiva de desenvolvimento justo e solidário visa, portanto, não só promover relações mais horizontais, mas também figurar como uma alternativa às relações de dominação e de exploração humanas predominantes no mercado de trabalho e de consumo.

Nesse sentido, explica Singer:

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina “modo de produção”. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por iguaem cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (2002b, p. 10).

A proposta, então, é que os detentores dos meios de produção sejam os próprios trabalhadores, responsáveis também pela gestão do capital decorrente da atividade desenvolvida. A estrutura produtiva na economia solidária caracteriza-se, via de regra, pela participação democrática dos envolvidos. Por essa razão, se organizam, tanto por grupos informais (30,53%), como por associações (59,99%), cooperativas (8,82%) e sociedades empresárias (0,64%), conforme o Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária (Sies). Tais organizações evidenciam-se com potencial para empoderar os trabalhadores, especialmente as mulheres do campo. Assim, a economia solidária pode

realizar não só um desenvolvimento estruturado do ponto de vista econômico, mas tende a proporcionar maior desenvolvimento humano, na medida em que estimula a participação política dos trabalhadores, pois “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”. (SINGER, 2002a, p. 21).

Todavia, segundo o Atlas digital da economia solidária (2013), os empreendimentos econômicos solidários ainda possuem substanciais entraves para alcançar as suas finalidades sociais, econômicas e ambientais. Dentre elas, cita-se a necessidade de maior investimento econômico nos empreendimentos, a fim de gerar uma renda mais significativa para os sócios, de forma a garantir maior proteção previdenciária e à saúde dos sócios, além de efetivar de modo mais contundente a autogestão, conferir maior conscientização e politização aos sócios, inclusive do ponto de vista ambiental, bem como promover maior articulação entre os diversos empreendimentos solidários e movimentos sociais.

3 Políticas públicas de economia solidária no Brasil: a criação da secretaria nacional de economia solidária (Senaes)

O abismo existente entre a dimensão técnica, política e a realização dos direitos humanos no Brasil evidencia a necessidade de intercessão pública em determinados contextos, sobretudo nos tradicionalmente preteridos. Nesse sentido, é primordial a elaboração de políticas públicas, que fomentem iniciativas que proponham maior empoderamento das populações marginalizadas do mercado formal de trabalho e consumo. Aliada a isto, observa-se a necessidade de promoção de ações públicas que provoquem o uso mais equilibrado dos recursos naturais, inclusive no que se refere à manutenção de tradições e práticas culturais, que compõem o patrimônio histórico nacional e a identidade de variados territórios nacionais.

A participação dos grupos rurais, com interesse em formas cooperadas de produção, na elaboração das políticas públicas para este setor é insipiente, pois é preciso ampliar os meios de acesso e controle social no planejamento das ações estatais, que se legitimam à medida que contem com a coparticipação da sociedade. Assim, a integração das organizações não governamentais, dos sindicatos, partidos políticos, das igrejas, da mídia,

dos ambientalistas e movimentos sociais, nas iniciativas do Estado, tende a contribuir positivamente durante todas as etapas das políticas públicas: desde a identificação do problema a ser corrigido, passando pelas fases de planejamento, elaboração, implementação e avaliação. Há, contudo, de se observar que tais etapas não são lineares e isoladas; desde o planejamento da política ela deve ser progressivamente avaliada, para que seja possível a correção de eventuais distorções que existam ao longo da sua execução.

Nesse sentido, é importante que as ações públicas sejam capazes de realizar um modelo de desenvolvimento (social, humano, econômico e ambiental) focado na comunidade, a partir das expectativas e dos interesses da população, abarcada pela política, considerando o contexto atual de crise financeira e ecológica global.

De acordo com o escopo que se pretende alcançar, ou quanto aos impactos que se pretende causar, as políticas públicas podem ser: compensatórias, quando o objetivo é desfazer um débito histórico que se tenha com determinado grupo social; distributivas, que visam captar e distribuir benefícios individuais; redistributivas, com foco na desconcentração de privilégios a determinadas camadas sociais em favor dos menos favorecidos. (MERIGO, 2014).

No contexto de desigualdade e concentração de renda, enfrentado atualmente em nível mundial, especialmente no âmbito rural, são necessárias políticas com finalidades compensatórias e redistributivas, tal como propõe a economia solidária. Isto porque, tendo em vista a maior vulnerabilidade da população do campo, tradicionalmente preterida de muitas garantias sociais e da capacidade de competir no mercado produtivo, é necessária a criação de políticas que priorizem o seu bem-estar, ao tempo em que se desenvolvam ações gerais no sentido de desconcentrar a renda no Brasil.

A partir desta perspectiva, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com a publicação da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto 4.764, de 24 de junho de 2003, alocada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, fruto de pressões dos movimentos sindicais, da sociedade civil, das pastorais da Igreja católica e das universidades. A iniciativa pública de institucionalização da EcoSol assumiu o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio aos produtores rurais, bem como aos trabalhadores em geral, que produza a

partir dos princípios da economia solidária. Há, também, a intenção de fomentar práticas desta natureza em todo o território nacional, tendo em vista a sua potencial capacidade de geração de trabalho e renda, de inclusão social e de promoção de um desenvolvimento justo e solidário, baseado no respeito à capacidade de suporte dos recursos ambientais.

Tal iniciativa representou uma importante mudança de perspectiva por parte do governo federal, no que tange às políticas públicas laborais, especialmente no que se refere às atribuições do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), significativamente ampliadas. Foi a primeira vez que o Estado brasileiro, via MTE, assumiu o desafio de desenvolver ações voltadas ao estímulo e fortalecimento do trabalho autogestionado, associado e cooperado, diretrizes que competem à Senaes fomentar, nos termos do Decreto 5.063, de 8 de maio de 2004. Assim, há um ganho social relevante com a criação desta secretaria, sobretudo com a ampliação dos horizontes do MTE que, para além de zelar pela proteção dos trabalhadores assalariados, expandiu os seus desafios e passou a tratar de ações políticas ligadas às demais formas de organização do mundo do trabalho, além das demandas específicas das relações de emprego.⁴

Conforme o decreto que instituiu a Senaes são suas atribuições subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na

³ Atlas digital da economia solidária. Disponível em: <<http://api.sies.org.br/questoes/soc17m/0/ufs?format=csv>>. Acesso em 21 dez. 2014.

⁴ Relação de trabalho é o gênero do qual faz parte da relação de emprego. Esta se caracteriza por ser prestado habitualmente, por pessoa física, mediante subordinação jurídica a um empregador, que assume os riscos da atividade econômica desenvolvida. A relação de emprego é onerosa, já que todo empregado deve ser remunerado, e se trata de um vínculo pessoal entre determinado empregado e o seu respectivo empregador. Existem relações de trabalho que não possuem tais características, tais como o trabalho avulso, eventual, voluntário, etc.

satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor; propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária; supervisionar e avaliar as parcerias da secretaria com outros órgãos do governo federal e com órgãos de governos estaduais e municipais; supervisionar e avaliar as parcerias da Senaes com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo; supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária; apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Não obstante as imposições legais afetas à Senaes, há um perceptível abismo entre as determinações normativas e a sua atuação prática que, sobretudo em razão das limitações orçamentárias, requer a realização de parcerias e convênios com outras entidades, além do apoio institucional dos demais entes federativos, a fim de tentar viabilizar os desígnios que lhe foram legalmente determinados. Por esta razão, os empreendimentos solidários, muitas vezes, buscam financiamentos do Banco do Nordeste, Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, parcerias com universidades e organizações sem fins lucrativos, além de instituírem bancos comunitários solidários para autogerirem as suas transações.

Os desafios das políticas públicas de iniciativa da Senaes são ainda maiores, pois os atores envolvidos com a temática da EcoSol cobram que tais ações assumam a função pedagógica de estimular o questionamento crítico dos valores, práticas e relações predominantes atualmente na sociedade, especialmente diante das supostas propostas desenvolvimentistas fomentadas pelo Poder Público. Para tanto, é necessário contestar as relações humanas de produção e consumo, ao tempo em que é preciso criar meios viáveis de valorização dos direitos humanos do trabalhador, a partir, por exemplo, do fomento à responsabilidade social com a cadeia produtiva dos produtos consumidos e comercializados. Assim, o empoderamento via Ecosol deve considerar o aumento da renda não visando estritamente o incremento do poder

aquisitivo dos envolvidos, mas a maior coesão social dos grupos produtivos em decorrência dos ganhos simbólicos da comunidade, os quais devem ser revertidos em melhorias na educação e na saúde local, por exemplo.

No Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, a Senaes desenvolve alguns projetos em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas), que frequentemente recebe inspeções do governo federal, com vistas a prestar assessoria e controlar o andamento dos projetos empreendidos em parceria. Uma área de constante interlocução do Rio Grande do Norte com a Senaes diz respeito à inclusão produtiva, especialmente em face dos obstáculos ao potencial produtivo da região, majoritariamente localizado no semiárido nordestino. Dos 167 municípios do estado, 86 já contam com ações integradas de EcoSol, o que coloca o Rio Grande do Norte como uma referência nacional em políticas desta área, segundo o secretário adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).⁵

4 Ecosol e semiárido: realidades conciliáveis?

O Nordeste do País ocupa 18,2% (982.566 km²) do território nacional, abrange mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135) e abriga 11,84% da população do País. Mais de 22,5 milhões de brasileiros(as) vivem na região, sendo 14 milhões na área urbana e 8,5 milhões no espaço rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.⁶ Trata-se da região do Brasil com a maior costa litorânea, possui climas que variam do equatorial úmido ao tropical semiárido, sendo este o predominante, e encontra-se com 72,24% de seu território dentro do polígono das secas, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Dos seus nove estados, metade tem mais de 85% de sua área caracterizada como semiárida, sendo que o Rio Grande do Norte lidera a lista com 93,4% do seu território no semiárido. Um dado interessante com relação à população do semiárido é que se encontram nela 81% das comunidades quilombolas de todo o Brasil.⁷

⁵ Representante do MTE diz que RN é referência em políticas de economia solidária. Disponível em: <<http://redexiquexique.blogspot.com.br/2013/05/representante-do-mte-diz-que-rn-e.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁶ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2015.

⁷ É no semiárido que a vida pulsa! Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/semiario>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

Ao reproduzir a lógica de desigualdade social que caracteriza o Brasil, esta região possui no seu território variadas realidades socioeconômicas. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja um indicador limitado, por medir apenas níveis de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*), a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) demonstra um nordeste de várias realidades, a depender da localização geográfica (semiárido ou litoral). Em 60,09% dos municípios do semiárido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de muito baixo a baixo (realidade de 25% dos municípios brasileiros), sendo que todos os municípios do semiárido apresentaram IDHM inferior ao do Brasil (0,727). O Nordeste tem números melhores apenas que a Região Norte, não obstante na primeira década deste século o norte e o nordeste tenham crescido acima da economia brasileira.⁸

Especificamente em relação ao semiárido, os longos períodos de estiagem, decorrentes da irregularidade dos níveis de pluviosidade (200 a 800 mm anuais),⁹ foram politicamente tratados no curso da história como um fator justificante para a falta de investimentos no desenvolvimento local e regional do Nordeste. Na verdade, mais do que aspectos climáticos, um dado que justifica a desigualdade social da região é a grande concentração de terra e água. O índice de Gini, que mede o nível de desigualdade, a partir da renda, está acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios do semiárido, o que demonstra uma elevada concentração de renda na região.

Segundo a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis do semiárido, ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares, conhecidos como latifúndios, detêm 38% das terras. Esta conjuntura gera

⁸ Bruno de Oliveira Cruz. DINÂMICA RECENTE DOS PIBS PER CAPITA REGIONAIS: QUANTO TEMPO PARA CHEGAR EM 75% DO PIB PER CAPITA NACIONAL? Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap9.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

⁹ Comparado com outras regiões semiáridas do mundo, onde chove entre 80 a 250mm por ano, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta. Nele, cai do céu, em média, de 200 a 800mm anuais. Uma precipitação pluviométrica concentrada em poucos meses do ano e distribuída de forma irregular em todo semiárido. (É no semiárido que a vida pulsa! Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiario>>. Acesso em: 27 ago. 2015).

níveis altíssimos de exclusão social e de degradação ambiental e são fatores determinantes para a crise socioambiental e econômica vivida na região.

Ademais, esta desigualdade acarretou reflexos negativos em nível nacional, pois o êxodo rural ocasionou uma apropriação ambiental desregrada em face do crescimento urbano desordenado das metrópoles, além de precarização do trabalho em subempregos, do subaproveitamento dos potenciais produtivos do semiárido, da falta de investimentos públicos efetivamente capazes de amenizar os entraves ao desenvolvimento do semiárido.¹⁰

Na década de 90, segundo o Ipea, houve uma diminuição do êxodo rural e até um pequeno crescimento da população rural em várias regiões do País, resultado do aumento de empregos rurais não agrícolas, de desemprego nos grandes centros urbanos, como também do envelhecimento da população migrante (regresso de inativos, geralmente aposentados) ao lugar de nascimento. Portanto, especialmente a segunda metade dos anos 90 constituiu-se um cenário completamente diferente da década anterior: o êxodo rural perdeu força e a população rural brasileira voltou a crescer, o que não ocorria desde 1970.¹¹

Impulsionados pelo apoio do movimento sindical e das comissões pastorais da Igreja católica, houve o crescimento e a organização dos movimentos sociais populares, com a difusão da ideia da autogestão e a consequente formação dos primeiros empreendimentos econômicos solidários. Tal contexto resultou progressivamente no reconhecimento da importância e das potencialidades do nordeste, o que gerou um maior

¹⁰ GROSSI, Mauro Eduardo Del Grossi; CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. *O fim do êxodo rural?* Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorrural.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

¹¹ O Censo demográfico de 1970 registrou uma população rural de 40 milhões de pessoas contra 38,8 milhões de 1960. Já em 1980 foram contadas 38,6 milhões e 35,8 milhões em 1991 residentes no campo no Brasil, incluindo as áreas rurais da região norte não cobertas pelas PNADs. O fato da população rural decrescer entre um censo e outro dá uma ideia apenas aproximada do êxodo rural, porque a cada censo há uma “expansão” dos perímetros urbanos dos municípios, o que por si reduz a população residente naquelas áreas urbanas periféricas, que haviam sido consideradas rurais no censo anterior e que passaram a ser classificadas como urbanas no novo censo. Isso não ocorre com as PNADs que mantêm fixas as áreas, tal como definidas no censo utilizado para definir a amostra. Por exemplo, a PNAD de 1990 registrou 37,5 milhões, ou seja, mais de 5 milhões de pessoas a mais residindo nas áreas redefinidas como rurais, no Censo de 1991 para o Brasil que somaram 32,1 milhões, excluídas as áreas rurais da Região Norte. Ver a respeito, Graziano da Silva (1999).

prestígio dos saberes tradicionais e o fomento ao sentimento de pertencimento da comunidade. Assim, diversas entidades começaram a se organizar em redes, visando à promoção do desenvolvimento do semiárido, a exemplo da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).

A palavra “rede” do modo corriqueiramente utilizado remete a uma tessitura de fios trançados que resultam em uma peça. A formação de redes na sociedade surge da necessidade das instituições e/ou de seus sujeitos de constituírem um ente coletivo, a partir de um sentimento de pertencimento a um grupo com intenções e objetivos semelhantes. Ou seja, as redes não podem surgir como uma proposição externa, pois derivam de uma necessidade sentida pelos envolvidos de, espontaneamente, constituírem um coletivo com princípios comuns. A construção e sustentabilidade de uma rede, pois, tem como pressuposto a existência de um anseio ou necessidade compartilhada de um grupo (Brasil, p. 23) o que é comum na sociedade atual, tendo em vista a crescente interdependência em nível global entre os indivíduos.

Esta visão das relações humanas, a partir de um prisma holístico, foi construída por Capra (1996), ao entender que todos os fenômenos sociais estão inter-relacionados, de modo que indivíduos e sociedades estão enquadrados em processos cíclicos da natureza. Há, contudo, segundo o mencionado autor, uma crise de percepção, vez que não há, em geral, a consciência de que a vida é um sistema interativo. Nesse sentido, as relações humanas devem ser entendidas como “redes dentro de redes”, cujas linhas são flexíveis e variáveis, em face da dinâmica dos valores e das opções políticas dos membros que compõem este sistema.

Durkheim (1987), por sua vez, antes mesmo de Capra, entendia que o diferencial dos seres humanos seria a sua capacidade de socialização, ou seja, de aprender hábitos e costumes preexistentes, responsáveis por inseri-los no convívio de determinada sociedade. Os seres humanos, segundo o autor, são sociáveis e, portanto, potencialmente capazes de construir solidariamente a sociedade, de modo que ela funcione como um organismo humano, cada indivíduo com o seu papel, o qual seria dependente de todos os demais. A partir desse ponto de vista, a sociedade atuaria mutualisticamente, a partir da ideia de construção social coletiva, o que resultaria numa coesão social mais ampla, além de uma maior adesão às funções que devem ser assumidas pelos indivíduos.

Nesse contexto, quanto maior a participação dos indivíduos nos processos decisórios, em igualdade de condições, haveria uma tendência à maior conformação das pessoas que compõem as redes sociais, posto que as regras que orientam o agrupamento humano seriam construídas coletivamente. Isto significa, dentre outras coisas, que a complexidade do sistema no qual estamos inseridos requer, além de espaços públicos de discussão, o igual reconhecimento e a justa repartição das decisões sociais, para estimular a maior aceitação e, conseqüentemente, menos transgressões às normas existentes.

Castells (2000), ao perceber o desfazimento da estratificação vertical que caracterizaria o estado das coisas no mundo até pouco tempo atrás, acredita no direcionamento social rumo à horizontalidade das relações humanas, inclusive econômicas e culturais. Para o autor, há uma nova lógica organizacional, a partir da qual os fluxos são mais diversos, as redes são mais flexíveis, os Estados são menos nacionais, a volatilidade do dinheiro não garante que a produção em áreas geográficas do País aumente a riqueza local. As novas configurações das relações sociais, pois, se baseiam na “desterritorialidade”, na autoridade institucional compartilhada, em relações internodais, na descentralização articulada de gestão, na assimetria reconhecida, na flexibilidade do gerenciamento, subsidiariedade e horizontalidade. (CASTELLS, 2000).

A partir dessa dinâmica, várias organizações em rede foram se estruturando no Nordeste, visando à promoção do desenvolvimento local, a partir da constituição de práticas produtivas compatíveis com a realidade, as potencialidades e os recursos locais. Entre estas redes é comum o intercâmbio de informações, o escambo de mercadorias, a ajuda mútua para a participação de editais, e, geralmente, existem membros que são comuns, tal como ocorre, por exemplo, na Rede Xique Xique e na Marcha Mundial das Mulheres em Mossoró (RN). Estas interações mutualísticas são ferramentas que vêm contribuindo para o fortalecimento e a consolidação de muitas organizações, bem como para a definição de valores e lutas comuns. Para Bourdieu, Coleman e Putnam (apud VALDIVIESO, 2003) tais formações seriam retroalimentadas pelas suas próprias composições e relações sociais que, por si sós, já teriam um valor intrínseco. Isto se denominaria de “capital social”, que Bourdieu compreende:

como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento. Identifica que um grupo ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Para esse autor, essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. (Apud JESUS JÚNIOR, 2014).

O Ceará foi o pioneiro, juntamente com a Bahia, na Região Nordeste, a perceber a economia solidária como uma estratégia viável de desenvolvimento do ponto de vista político, econômico, social e cultural. No primeiro estado mencionado, foi criada a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1999, que, segundo Gonçalves (2009, p. 23), buscou articular a teoria da economia solidária, que propõe a construção de uma racionalidade solidária na economia e, simultaneamente, a transformação da sociedade por via da formulação de políticas públicas de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários para a geração de emprego e de renda, com a consequente redução da pobreza.

Outra experiência interessante da qual o sertão cearense faz parte é a REDE JUSTA TRAMA, que foi constituída em 2005 e se trata de uma organização produtiva de vestuário, criada a partir da lógica da economia solidária. Sua concepção foi idealizada por uma cooperativa de costureiras criada no Rio Grande do Sul, chamada Unidas Venceremos (Univens). A Univens, fundada em maio de 1996, por 35 mulheres com idades entre 18 e 70 anos, reuniu um grupo de mulheres desempregadas, algumas sem saber costurar, que buscavam trabalho e renda, e que tinham a ideia de formar uma cadeia produtiva do ramo do vestuário completamente sustentável. Somente começaram a ter apoio após dois anos da sua existência, mas alegam que sempre quiseram ter autonomia, por isso dispensam muitas ajudas que são oferecidas.

Nas suas assembleias, por exemplo, apenas participam as trabalhadoras da Univens. No desígnio de firmar parceiras para a formação de uma cadeia de economia solidária ecológica de algodão, coordenadores da Univens procuraram convênios com entidades do semiárido do Ceará, inicialmente para a produção de algodão cultivado sem agrotóxico e com a preservação dos nutrientes do solo.

Os agricultores de Tauá (CE), no contexto de crise de produção do algodão, por conta da praga do bicudo, passaram por um processo de formação promovido pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (Adec), responsável por introduzir os princípios e formar uma racionalidade da economia solidária, a princípio com 150 agricultores e agricultoras. Gradativamente, introduziu-se ideias sobre a importância do uso de defensivos naturais, como a urina da vaca, sobre a importância do consórcio de cultivos, pois em área com variação de culturas é mais difícil o aparecimento de pragas, a ponto dos envolvidos internalizarem tais conhecimentos e verem os seus resultados positivos na produção. O algodão orgânico é vendido atualmente com um valor 100% maior que o algodão produzido com agrotóxico, o que equivale ao preço do melhor algodão do mundo, o egípcio.

Com o auxílio de técnicos da Adec, a iniciativa ganhou projeção, despertando o interesse de franceses e norte-americanos. Posteriormente, a JUSTA TRAMA recebeu apoio da UNISOL BRASIL, uma associação civil com fins não econômicos, de âmbito nacional, que é uma central de cooperativas e empreendimentos solidários. A UNISOL foi responsável pela articulação de cooperativas de cinco regiões do País, para fortalecer a REDE, que conta atualmente com mais de 2000 produtores e produtoras, localizados desde o Ceará e Mato Grosso do Sul (produção do algodão), Roraima, onde os ribeirinhos colhem sementes e fazem botões e bijuterias, Minas Gerais e São Paulo, onde há a fiação e tecelagem, até Santa Catarina e Porto Alegre, onde há a confecção e comercialização, inclusive para o Exterior.

A partir de iniciativas dessa natureza, a crença da construção de uma ordem social mais justa e igualitária propagou-se no País e, especialmente, no Nordeste, uma vez que a população percebeu as várias iniciativas que a EcoSol estimula, no escopo de fomentar estratégias de desenvolvimento via empoderamento. Assumindo os princípios da EcoSol, observam-se experiências no Nordeste de crédito solidário, de educação

em economia solidária via universidades, incubadoras de cooperativas, recuperação de empresas em falência, dentre outras.

É crescente os empreendimentos de economia solidária no Nordeste que, segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), estão presentes em 2.804 municípios do Brasil. Dentre os estados com o maior número de municípios, com empreendimentos dessa natureza, destacam-se: Rio Grande do Sul (281), Bahia (222), São Paulo (201), Santa Catarina (191), Minas Gerais (188), Ceará e Pernambuco (ambos com 162 municípios). Em se tratando do quantitativo de EEEs por estado, o Rio Grande do Sul é o que mais possui EEEs (1.696), seguido por: Pernambuco (1.503), Bahia (1.452), Ceará (1.449), Pará (1.358), Minas Gerais (1.188), São Paulo (1.167) e Rio Grande do Norte (.1158). Do total de EEEs existentes atualmente, 41% estão localizado na região nordeste, onde ocupam majoritariamente a zona rural (72%).

4.1 Experiência de Ecosol no Rio Grande do Norte: o projeto de promoção do desenvolvimento local e economia solidária (PPDLES)

Dentre os projetos realizados pela Senaes, considera-se pertinente destacar “O Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária” (PPDLES), que consiste na criação de equipes de Agentes de Desenvolvimento Solidário (ADS), para a realização de atividades de fomento ao microcrédito ou em assessoria aos empreendimentos econômicos solidários. Tais agentes trabalham com o objetivo de, a partir de um diagnóstico socioeconômico, fazer um levantamento das potencialidades e vocações locais de diversas comunidades das diferentes regiões do Brasil, visando suprir as suas carências e minimizar as suas dificuldades operacionais. Trata-se de uma política conjunta dos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), Meio Ambiente (MMA) e Desenvolvimento Social (MDS), com as diversas secretarias dos estados, sendo que, no Rio Grande do Norte, o convênio foi firmado com a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas).

Para a implementação deste projeto, portanto, a Senaes elaborou ações integradas com diferentes órgãos (Senaes, MDS, MMA, Sethas) dos governos federal e estaduais, no intuito de haver uma efetiva

construção de políticas voltadas para o desenvolvimento territorial local, do ponto de vista econômico e social. A sociedade civil organizada participa, de modo reflexo, da concretização deste projeto, na medida em que colabora com o mapeamento dos produtores e produtoras da região, relacionando os produtos desenvolvidos em cada território do estado, tal como faz a Rede Xique Xique que, como uma organização que presta assessoria técnica e comercial aos produtores do oeste potiguar, está articulada com vários grupos produtivos locais e conhece as limitações, as necessidades e os interesses dos produtores da região.

O objetivo da PPDLES é fortalecer tecnicamente os empreendimentos econômicos solidários, a partir da subdivisão dos estados em territórios (o Rio Grande do Norte foi dividido em cinco regiões), cada qual com um coordenador e dois agentes de desenvolvimento solidário (ADS), os quais têm a atribuição de acompanhar sistematicamente 50 grupos produtivos. Assim, a Senaes instituiu uma política de apoio às comunidades e a segmentos preteridos historicamente das ações públicas, que visa à assessoria técnica, organizacional e financeira dos grupos atendidos. Os ADSs foram escolhidos via processo seletivo simplificado, mas o edital priorizava as pessoas já ligadas aos movimentos sociais de apoio à EcoSol, bem como os membros das próprias comunidades ou segmentos assessorados, tendo em vista que são mais conhecedores dos problemas locais, como também das potencialidades econômicas e culturais da região. Assim sendo, a política assumiria uma atuação mais eficiente, com relação à identificação das necessidades e fragilidades locais, subsídio importante para o desenvolvimento das medidas políticas pretendidas.

A formação dos ADSs, pois, assumiu o escopo de fornecer estratégias de apoio e monitoramento das produções locais rurais, o que estimula o desenvolvimento dos territórios locais pelos seus próprios sujeitos componentes, além de fortalecer os vínculos entre os sujeitos e territórios, uma vez que o aumento da participação popular nas políticas públicas tende a repercutir positivamente na qualidade de vida da comunidade. Desta forma, o senso de identidade com o local e os vínculos entre os indivíduos, que compõem as comunidades envolvidas, são fortalecidos e respeitados.

Como dito, para a implementação desta política no Brasil foram lançadas as chamadas públicas estaduais que selecionavam coordenadores locais, remunerados para trabalhar com a equipe nacional do PPDLES e com os agentes de desenvolvimento (ADL) em cada estado da federação.

B. C.,¹² agente de desenvolvimento solidário no território Assú-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte, relata que desde a sua infância está ligado a movimentos sociais do oeste potiguar, pois a sua genitora faz parte de associações de produtores e grupos informais da região. Entende que a iniciativa é muito importante, pois permite o acompanhamento sistemático dos produtores, possibilitando o estabelecimento de rotinas administrativas mais organizadas, além de práticas produtivas mais sustentáveis.

Segundo M. S., coordenadora do território Assu-Mossoró, vários resultados significativos foram alcançados, tais como a regularização fiscal de cooperativas e associações com governos e receita federal; o ajuste de gastos por meio de rotinas de prestação de contas; a redução no uso de papel em razão de maior utilização de documentos eletrônicos; a diminuição de produção de lixo; a criação de um escritório regional para os produtores; além do estímulo à produção para comercialização local, de modo a haver maior dinamização da economia local.

Por outro lado, os agentes entrevistados apontam que a burocracia do governo do Estado do Rio Grande do Norte dificulta o trabalho do grupo, já que impõe empecilhos à liberação de diárias, à autorização para o uso de combustível e à liberação de motorista, o que atrasa as visitas aos grupos produtivos. Ademais, relatou que o governo federal prevê que cada grupo tenha um financiamento de 6 mil e 500 reais para a compra de equipamentos que ajudassem na produção, valor que fica depositado numa conta específica vinculada ao projeto. Foram feitos os diagnósticos e os produtores apontaram os equipamentos dos quais necessitavam, mas até a data da entrevista eles não os tinham adquirido por questões burocráticas.

Como se observou, após o decurso de dois anos do projeto, o dinheiro destinado ao território ainda estava na conta vinculada do projeto, ainda disponível para uso; foi realizado um termo aditivo ao projeto, que deveria perdurar por dois anos e passou a ter duração de mais um ano.

Ademais, o projeto previu a criação de escritórios regionais nos territórios, para viabilizar o acesso dos produtores à internet e, por conseguinte, a editais. O custo para equipá-lo deveria ser de até 5 mil, por território, a fim de que os grupos pudessem acessar à internet ou imprimir

¹² Entrevista realizada por Eddla Karina Gomes Pereira, em atividade de campo, realizada em agosto de 2015

documentos, por exemplo, quando necessário. Tal aquisição, contudo, ainda se encontra em processo de licitação.

Várias visitas da Senaes foram realizadas como escopo de ajustar as dificuldades; consertar os erros; arrojando os procedimentos. Contudo, mesmo após a assinatura do Termo Aditivo, o projeto ainda continua a passos lentos. Este ano, por exemplo, os ADSs estão há cinco meses sem receber salário.

B. C. entende que o maior problema para o alcance dos objetivos do projeto é a estrutura burocrática do governo, especialmente no âmbito estadual. Relatou que há muita perda de tempo, por exemplo, para solicitar diárias, embora todos os prazos sejam cumpridos (o problema é que os prazos são longos!). O agente relata que, mesmo enviando o planejamento das atividades com antecedência, os processos passam por quatro secretarias do governo estadual, e quando a verba sai, às vezes já tem mais de um mês que o evento foi executado e o seu custeio é, na verdade, uma indenização pelas despesas já realizadas pelos membros do projeto. O mesmo ocorria com combustível de carro, diz B. C. O próprio governo mudou o processo para adiantar a liberação de combustível. Ademais, a Sethas exige que o carro do projeto seja dirigido por um motorista do Estado do Rio Grande do Norte. Todavia, como o território onde o agente entrevistado trabalha está há cerca de 280 km da capital, e só existe motorista do Estado em Natal, o servidor tem de ir e voltar de Natal para Mossoró todas as semanas, o que geralmente já compromete a segunda-feira e sexta-feira. Ademais, a Sethas exige que o carro esteja na sua sede no máximo às 16 horas da sexta-feira, inviabilizando atividades neste dia.

Por fim, o entrevistado entende que, para maior eficácia de políticas dessa natureza, é essencial que tais iniciativas deixem de ser uma atividade de governo, e que virem um programa de Estado. Entende também que é necessária a criação do Fundo Estadual de Economia Solidária, conforme já previsto na legislação estadual, a fim de que se regionalizem as políticas de economia solidária. Defende, ainda, que haja maior controle social das políticas públicas, inserindo a juventude nessas discussões, que precisam ser levadas também para a zona urbana, sobretudo nas periferias.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que as conquistas da economia solidária no Brasil foram institucionalizadas, como visto anteriormente, em face da infiltração dos movimentos sociais na estrutura

institucional do Estado, especialmente em razão das articulações políticas do atual secretário de economia solidária com o Partido dos Trabalhadores. A institucionalização das políticas públicas, que assumem a perspectiva da EcoSol, todavia, não tem sido suficiente para que as iniciativas públicas alcancem seus objetivos de modo eficiente. Por outro lado, embora os movimentos sociais tenham surgido como resposta à omissão ou insuficiência do Poder Público diante de determinados contextos, a relação que muitos movimentos sociais possuem hoje com o Estado converteu-se em relação de dependência, em contradição com a autonomia que tipifica as organizações da sociedade civil, que se constituíram, muitas vezes, para fugir de uma relação de dependência com o seu empregador.

Para que os princípios fomentados pela EcoSol assumam projeção, é elementar uma nova atitude do Estado, não mais a partir de uma postura paternalista ou provedora. É necessário um Poder Público capaz de empoderar os indivíduos; de emancipar os grupos dos financiamentos públicos (não obstante eles existam); de reconhecer a possibilidade de sobrevivência a partir do cooperativismo, da autogestão, da produção e comercialização em rede. É essencial, portanto, a transformação do Poder Público em um “Estado-articulador” que, ao contrário do atual, que sob a veste do interesse geral, assegura privilégios a grupos determinados; promova de modo transparente a tarefa de coordenar os diferentes anseios, tanto nacionais, como os interesses globais ou transnacionais. Desse modo, revelar-se-á a qualidade do compromisso do Estado com os objetivos de justiça social, ou seja, com os critérios de redistribuição (contra a desigualdade) e de reconhecimento (contra a discriminação) (SANTOS, 2011). A ineficiência das políticas públicas, em razão da burocracia, tal como relatado acima, faz com que o Estado passe a ser um fim em si mesmo, e não uma estrutura a serviço da coletividade.

5 Considerações finais

A economia solidária tem a potencialidade de se apresentar como uma alternativa de desenvolvimento viável, pois, ao mesmo tempo, reconhece a importância dos vínculos de identidade da população com o território, para gerar maior senso de responsabilidade com os recursos naturais locais, como também estabelece alternativas econômicas viáveis, do ponto de vista social, econômico e ambiental para as populações locais.

Traduz-se, portanto, numa lógica alternativa à hegemônica, que tem contribuído para o desenvolvimento do semiárido. Identifica-se, porém, em certa medida, a formação de relações de dependência (entre produtor e Poder Público), o que desvirtua as práticas e os rumos que se buscou tradicionalmente alcançar a partir da EcoSol. Ademais, ao invés de imprimir eficiência e viabilizar a capacidade de gestão dos empreendimentos, a institucionalização de determinadas políticas, no mais das vezes, não alcança todos os objetivos iniciais propostos, em muitos casos por conta de formalidades inócuas, que só tendem a colocar obstáculos ao desenvolvimento da EcoSol e a comprometer ainda mais a credibilidade do Poder Público na promoção de políticas sociais.

Assim, diante de avanços e retrocessos conseguidos desde 2003, quando da criação da Senaes, percebe-se que a EcoSol precisa buscar a sua difusão e consolidação no Brasil, contando com a atuação do Poder Público, mas sem perder de vista a autonomia que a caracteriza, de modo que o Estado não seja nada além do que um importante aliado.

O PPDLES espelha o potencial emancipador da Ecosol, sobretudo quando as articulações com os estados da federação são eficientes e bem-sistematizadas. No Rio Grande do Norte, o projeto teve resultados significativos, posto que, além de viabilizar a formação de relações produtivas mais sustentáveis, contribuiu para a regularização de vários grupos informais e para o fortalecimento dos vínculos dos produtores com seus territórios.

Referências

- ARRUDA, M. *Tornar real o possível*. A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ARTICULAÇÃO Semiárido Brasileiro. *É no semiárido que a vida pulsa!* Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/semiariado>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- BRASIL. ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: reflexões e experiências. Cooperativa Catarse – Coletivo de Comunicação.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Atlas digital da economia solidária. Disponível em: <<http://api.sies.org.br/questoes/soc17m/0/ufs?format=csv>>. Acesso em: 21 dez. 2014.
- BOURDIEU, P. *A Distinção*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.
- CASTRO, Bruno. Experiências de economia solidária: depoimento. Entrevista realizada pela autora do artigo em atividade de campo, em agosto de 2015.
- CRUZ, Bruno de Oliveira. DINÂMICA RECENTE DOS PIBS PER CAPITA REGIONAIS: QUANTO TEMPO PARA CHEGAR EM 75% DO PIB PER CAPITA NACIONAL? Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap9.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.
- CULTI, Maria Nezilda. *Reflexões sobre o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários e seus limites*. 2002. Projeto de Pesquisa (Doutorado) – FEUSP/SP, São Paulo, 2002.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1987.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001.
- FRASER, Nancy. *¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a la justicia en una época “postsocialista”*. Biblioteca Virtual de Ciências Sociais, 2007. Disponível em: <www.nodo50.org/codoacodo/marzo08/NancyFraser.pdf>.
- GAIGER, L. I. et al. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*, São Leopoldo: Unisinos, n. 1., 1999.

GONÇALVES, Alícia. *Experiências em economia solidária*. Campinas: CMU/Unicamp, 2009.

GROSSI, Mauro Eduardo Del Grossi; CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. *O fim do êxodo rural?* Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>.

JESUS JÚNIOR, Guilhardes de. *Mulheres em rede: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental do Sul da Bahia*. 2014. 169.p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.

LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madri: HORAS & HORAS, 1996.

LIMA, Antonia Evaneide de Araújo. *Agricultura familiar no contexto da alimentação escolar: um caminho para o desenvolvimento de coletividades*. Disponível em: < http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=12064>. Acesso em: 20 set. 2015.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 49, set. 2002.

MARX, K. *A ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

MERIGO, Janine. *Questões iniciais para a discussão do monitoramento e avaliação das políticas públicas*. Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.131488001256814614_2._politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

REDE XIQUE XIQUE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://redexiquexique.blogspot.com.br/2013/05/representante-do-mte-diz-que-rn-e.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

RIBEIRO, Paulo S. *Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Épistémologies du Sud. Études Rurales*, 2011.

SINGER, Paul I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul I. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S.S. et al. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.) et al. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. SP: Contexto, 2000c.

VALDIVIESO, P. Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 13-34, 2003.